

Dívida de curto prazo representa 15% dos débitos

BC e economistas dizem que dependência é controlável e descartam riscos de evasão de capitais em uma eventual crise

A dívida externa brasileira de curto prazo (até um ano) representava, em março, apenas 15% do passivo externo líquido do total do País. Além disso, 70% dessa dívida, cujo saldo era de US\$ 38,283 bilhões naquele mês, eram compostos por créditos ao comércio exterior, linhas que jamais deixaram de ser renovadas “nem nos piores momentos de crise dos anos 80”.

Esse é um dos argumentos do chefe do Departamento Econômico do Banco Central (Depec), Altamir Lopes, para rebater a tese oposicionista de que o aumento do passivo externo está deixando o País muito vulnerável, com risco de perder grande volume de divisas em curto espaço de tempo em caso de nova crise internacional.

Mesmo a parcela da dívida de curto prazo que não corresponde a financiamentos ao comércio exterior não pode ser considerada capital volátil, na opinião de Lopes, pois é composta por financiamentos de seis meses em média. Para o chefe do Depec, somente os recursos aplicados em fundos de renda fixa para estrangeiros e o dinheiro das contas CC5 (usadas por não-residentes para constituir disponibilidades financeiras no país) podem ser considerados efetivamente voláteis.

Os Fundos de Renda Fixa-Capital Estrangeiro não devem causar maiores preocupações, na avaliação de Lopes. O patrimônio desses fundos era de apenas US\$ 5,2 bilhões em março, volume pequeno diante das reservas internacionais de quase US\$ 70 bilhões, argumenta. Quanto às CC5, o chefe do Depec diz que podem representar um passivo oculto. Mas, como só vem saindo dinheiro por essas contas nos últimos anos, ele acredita que atualmente o que sobrou seja “insignificante”.

Altamir Lopes reconhece também que há alguma volatilidade nos investimentos estrangeiros nas bolsas de valores nacionais e em Depositary Receipts (papéis que representam ações por empresas daqui em bolsas de outros países). Mas afirma que tal volatilidade é “muito limitada”. Afinal, explica ele, se muito desses investidores resolverem sair ao mesmo tempo, o preço das ações cai e a safada de divisas diminui. “Ninguém vai querer realizar prejuízo”.

Lopes destaca ainda que, como o País passou a emitir bônus e outros papéis, a dívida externa de longo prazo ficou pulverizada nas mãos de diversos credores, o que facilita o refinanciamento. Parte do problema

ocorrido na década de 80, segundo o chefe do Depec, explica-se pelo fato de que a dívida estava bastante concentrada nas mãos de um só tipo de credor: os bancos.

O ex-presidente do Banco Central, Gustavo Loyola, também acha que há exagero nas colocações dos oposicionistas sobre a vulnerabilidade externa do País. Segundo ele, boa parte dos recursos estrangeiros que estão entrando corresponde a investimentos diretos, estimados em US\$ 20 bilhões só este ano.

Para Loyola, no entanto, o governo deve monitorar com cuidado capitais voláteis como o dos fundos de renda fixa e cuidar de questões internas como o déficit público para

não ter problemas no futuro.

Pelo menos num ponto, Lopes e Loyola concordam com os economistas de oposição: o déficit em conta corrente precisa ser controlado. Ambos estão convictos de que as medidas adotadas pelo governo, sobretudo os estímulos à exportação, vão surtir efeito e reduzir o déficit. Os dois entendem que fechar a economia para importações não resolve nada. Só traria mais atraso ao desenvolvimento da competitividade brasileira e prejudicaria exportações.

Ex-diretor da Dívida Pública do BC e professor do Instituto Brasileiro do Mercado de Capitais (Ibamec), Carlos Thadeu de Freitas Gomes, acredita que, a curto e médio

prazos, o Brasil está longe de enfrentar problemas como a redução de fluxo de capitais e ter de decretar um calote no pagamento da dívida externa, como chegam a aventar os partidos de oposição ao governo Fernando Henrique Cardoso. “É uma posição muito radical falar, neste momento, nos riscos de haver uma nova crise da dívida externa, como ocorreu nos anos 80”.

Primeiro, porque há dinheiro de sobra no mercado. Segundo, porque os investidores que estão financiando o governo e as empresas do Brasil sabem medir o risco que estão correndo nessas operações, o que funciona como um freio natural.

O diretor do Banco Mundial no

Brasil, Gobind Nankani, considera “gerenciável” a dependência do País ao capital externo, graças ao elevado nível das reservas cambiais brasileiras, que beiram os US\$ 70 bilhões, e ao fluxo de recursos que está vindo para o Brasil, seja por meio do programa de privatização ou por investimentos diretos.

Ele não tem dúvida de que, no caso de agravamento da crise externa — com novos soluços na Ásia, na Rússia ou no Japão —, o Brasil não será o único afetado pela redução do volume de dinheiro que circula hoje pelo mercado externo. “Nesse caso, o choque seria global”, prevê.

*Mônica Izaguirre
e Vicente Nunes*